

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE METAS FISCAIS – 3.º QUADRIMESTRE DE 2015, REALIZADA EM 25/02/2016.**

Às quinze horas do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezesseis, no Plenário da Câmara Municipal de Itambaracá, sito a Avenida interventor Manoel Ribas, 05, sob a presidência do Secretário Municipal de Fazenda, Senhor Reginaldo Ticianel, realizou-se a Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 3º trimestre de 2015. A audiência contou com a presença do Senhor Sebastião Viveiros da Silva – Secretário Municipal de Urbanismo, Obras e Viação, da Senhora Diomar Santin Tostes – Secretária Municipal de Educação, da Senhora Célia Santin de Andrade – Secretária Municipal de Saúde, dos Vereadores Marcos Patti, Edclaudio Pedroso. Após agradecer dos demais servidores e população, o Secretário de Fazenda passa a palavra ao Senhor Marcel Adalto Ruiz, Técnico em Contabilidade, responsável pelo Departamento de Contabilidade e Orçamento para apresentação dos dados atinentes a Gestão Fiscal. O Sr. Marcel cumprimentou a todos os presentes e deu início a Audiência Pública que se encontra fundamentada na transparência da Gestão Fiscal, conforme o parágrafo 4º, do artigo 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). O Técnico demonstrou as principais avaliações das quais: Evolução da Receita Corrente Líquida no ano de 2015 e Despesa; Aplicação Constitucional (Ensino e Saúde); Gastos com Pessoal e Evolução Orçamentário-Financeira. Dando continuidade, apresentou o quadro demonstrativo da Evolução da Receita corrente líquida em 2015: **Janeiro** R\$ 1.369.144,87; **Fevereiro** R\$ 1.282.645,68; **Março** R\$ 1.415.508,46; **Abril** R\$ 1.577.244,56; **Mai** R\$ 1.402.598,14; **Junho** R\$ 1.657.631,47; **Julho** R\$ 1.495.995,41; **Agosto** R\$ 1.320.110,43; **Setembro** R\$ 1.367.028,95; **Outubro** R\$ 1.385.761,02; **Novembro** R\$ 1.309.311,20; **Dezembro** R\$ 1.978.700,16; totalizando R\$ 17.561.680,35. Demonstrou também um comparativo da evolução da receita nos exercícios de 2014 e 2015.

Demonstra também que o Executivo Municipal cumpriu o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, atingindo **46,18%** ou **R\$ 8.109.465,61** em gastos com pessoal, nos últimos doze meses, respeitando assim o limite máximo que é de **54%** ou **R\$ 9.483.307,39**, estando abaixo do limite prudencial que é de **51,30%** ou **R\$ 9.009.142,02**. Por sua vez, no tocante aos gastos com Educação, mostra que o Executivo Municipal cumpriu o mínimo constitucional de 25% de aplicação das receitas resultantes de impostos, para respeitar o que preceitua a Lei de Diretrizes e Base da Educação, além das disposições legais do FUNDEB. Demonstra que o mínimo constitucional seria de R\$ 3.182.888,12 – 25%, tendo sido aplicado o montante de **R\$ 3.746.895,90 – 29,43%**. Em relação aos gastos com Saúde, o Executivo cumpriu o exigido pela Constituição Federal, respeitando a E.C. 29/2000, atingindo **28,68%** ou **R\$ 3.555.523,80** das receitas resultantes de imposto, e de transferências constitucionais sendo que o mínimo constitucional seria **R\$ 1.859.583,58 – 15%**. Continuando, o Contador apresentou o demonstrativo o Saldo da Dívida Fiscal líquida, sendo em dezembro de 2014 o valor de (-) R\$. 401.100,19 e em dezembro de 2015 o valor de (-) R\$. 662.202,97. Na sequência apresentou relatório com referência ao Resultado Primário, demonstrando os seguintes saldos em comparação com o exercício de 2014, sendo receitas primárias de 2014 o valor de R\$. 16.310.593,18 e 2015 o valor de R\$. 18.296.500,30, com relação às despesas primárias o exercício de 2014 apresentou o valor de R\$. 16.155.696,51 e em 2015 o valor de R\$. 18.104.411,59, verificando em 2015 o Resultado Primário no valor de R\$. 192.088,71, contra uma meta prevista de R\$. 103.307,00. Continuando o Contador informou que não houve realização de Operação de Crédito no exercício de 2015. Por fim, esclarece que para fins de cumprimento do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que tange a “Transparência, Controle e Fiscalização da Gestão Fiscal”, o Poder Executivo Municipal encaminha os relatórios da execução orçamentária e da gestão fiscal para o Tribunal

de Contas do Estado do Paraná, através do programa SIMAM, Ministério da Educação através do Relatório SIOPE e Saúde pelo sistema SIOPS e Secretaria do Tesouro Nacional por meio do relatório SICONFI. O Contador agradece a oportunidade e coloca-se a disposição para esclarecimentos de eventuais dúvidas. Após o esclarecimento das questões formuladas pelos Vereadores e pelos demais presentes. o Secretario Municipal de Fazenda, Senhor Reginaldo Ticianel agradeceu a presença de todos ali presente e de por encerra a Audiência Pública, que vai assinada por mim Sueli Romanini, Secretaria “ad hoc” e pelos demais presentes.

**Sueli Romanini**

REGINALDO TICIANEL  
Secretario Municipal de Fazenda

DIOMAR SANTIN TOSTES  
Secretária Municipal de Educação

SEBASTIÃO VIVEIROS DA SILVA  
Secretario Mun. de Urbanismo, Obas e  
Viação.

CELIA SANTIN DE ANDRADE  
Secretaria Municipal de Saúde

MARCEL ADALTO RUIZ  
Responsável pela Contabilidade.

MARCOS PATTI  
Vereador

EDCLAUDIO PEDROSO  
Vereador